

PERÍCIAS E PERITOS IV



DIRETO DO CONCURSO

1. (2019/INSTITUTO AOCP/PC-ES/MÉDICO LEGISTA) Em relação ao procedimento de exumação, assinale a alternativa correta.
- a. As exumações administrativas em cemitério necessitam de ordem judicial.
 - b. É realizado exclusivamente quando há dúvida quanto à causa da morte.
 - c. A sepultura deve ser localizada por qualquer pessoa.
 - d. Os familiares não podem estar presentes.
 - e. Pode ser realizado quando há dúvidas quanto à identidade do cadáver.



COMENTÁRIO

A exumação pode sim ser realizada quando há dúvidas quanto à identidade do cadáver. Vejamos os erros das demais alternativas:

- a) As exumações administrativas em cemitério não necessitam de ordem judicial.
- b) As exumações não são realizadas somente quando há dúvida quanto à causa da morte, mas também quando há dúvida sobre a identidade da vítima.
- c) A sepultura deve ser localizada pelo administrador do cemitério.
- d) Qualquer pessoa, inclusive os familiares, pode estar presente na exumação.



5m

2. (2019/INSTITUTO AOCP/PC-ES/MÉDICO LEGISTA) A necropsia médico-legal, realizada por médico-legista, é “a perícia das perícias”. Sobre a necropsia médico-legal, assinale a alternativa correta.
- a. Deve ser realizada em toda morte ocorrida por causa natural.
 - b. O exame externo deve ser sumário e omisso.
 - c. É obrigatória em morte de pessoas falecidas por morte natural sem assistência médica.
 - d. Não existe justificativa para não realizar o exame interno das 3 cavidades: craniana, torácica e abdominal.
 - e. Tem como finalidade, dentre outras: identificar o cadáver, a cronotanatognose e determinar a causa médica da morte.

ANOTAÇÕES

COMENTÁRIO

A perícia médico-legal tem como finalidade, dentre outras: identificar o cadáver, a cronotanatognose e determinar a causa médica da morte.

Embora essa alternativa tenha sido considerada correta pela banca examinadora, a necropsia não tem a finalidade precípua de identificar o cadáver.

Durante a necropsia, é feito um procedimento de identificação por parte do papiloscopista, para verificar se a pessoa em exame é a mesma indicada pela família. Caso não mais existam as papilas dérmicas, deve ser feito um exame de arcada dentária por parte de um odonto-legista.

Vejam os erros das demais alternativas:

- a) as mortes naturais – que são aquelas decorrentes de doença ou de velhice – são submetidas à necropsia dentro do Serviço de Verificação de Óbito (SVO), órgão administrativo vinculado à Secretaria de Saúde do Município, cuja função é produzir dados epidemiológicos para a Secretaria do Município, do Estado e para o Ministério da Saúde. A contrário *sensu*, somente as mortes violentas são submetidas à perícia do IML.
- b) o exame externo deve ser o mais detalhado possível para evitar problemas futuros para o médico, para a polícia e para o processo.
- c) as mortes naturais não são submetidas à perícia médico-legal.
- d) quando a aparência externa¹ do cadáver indicar a causa da morte, é dispensável a abertura de todas as cavidades.

3. (2019/FADESP/PERITO-PA) Considerando a legislação brasileira vigente, que disciplina a matéria a respeito de laudo e exame pericial, julgue as afirmativas a seguir.

- I – O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 15 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- II – Em caso de exumação para exame cadavérico, a autoridade providenciará para que, em dia e hora previamente marcados, se realize a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado.

¹ Exemplo: esmagamento de crânio.

Viu algum erro neste material? Contate-nos em: degravacoes@grancursosonline.com.br

- III – A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, mesmo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo.
- IV – Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.
- V – Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Está correto o que se afirma em

- a. I e III.
- b. II, IV e V.
- c. I, II, III, IV e V.
- d. V.
- e. I, II, IV e V.

COMENTÁRIO

- O prazo máximo de elaboração do laudo é de 10 dias.
- A autópsia será feita, pelo menos, seis horas depois do óbito, mas, se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, podem proceder com a autópsia.

4. (2019/PERITO-RN/AOCP) O Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente previstos no Código de Processo Penal.
- a. Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.
 - b. Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de *hackers*.

ANOTAÇÕES

Viu algum erro neste material? Contate-nos em: degravacoes@grancursosonline.com.br

- c. Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.
- d. Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.
- e. Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.

COMENTÁRIO



Nessa questão, como a banca AOCP trouxe cinco alternativas incorretas, deve-se identificar a alternativa “menos errada”.

Constam expressamente no Código de Processo Penal: o exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime e a verificação da causa de incêndios. Embora a alternativa tenha trazido a expressão “documentos particulares”, lembre-se de que o CPP não faz diferenciação entre documento público e documento particular.

- b) não consta expressamente no CPP o exame de identificação de elementos que apontem a atividade de *hackers*.
- c) não consta expressamente no CPP o exame de microcomparação balística.
- d) não consta expressamente no CPP o exame de confronto de voz.
- e) não constam no CPP os exames de microcomparação balística e confronto de voz.

5. Acerca da necropsia, também entendida como necropsopia ou exame necroscópico, é correto afirmar que:
- a. Não pode ser realizada nas vítimas de morte violenta.
 - b. Não pode ser documentada por meio de um relatório médico-legal.
 - c. É um exame que pode ser realizado no indivíduo vivo ou morto.
 - d. Não pode ser realizada em indivíduos menores de um ano de idade.
 - e. Um dos objetivos é destacar a causa da morte.

ANOTAÇÕES



COMENTÁRIO

Um dos objetivos da necropsia é destacar a causa da morte.

- a) a necropsia deve ser realizada nas vítimas de morte violenta.
- b) a necropsia pode ser documentada por meio de um relatório médico-legal.
- c) a necropsia não pode ser realizada em indivíduo vivo.
- d) a necropsia pode ser realizada em qualquer cadáver, inclusive de menores de idade e animais.

6. No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:
- a. Armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.
 - b. Os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.
 - c. Os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.
 - d. O delegado de polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.
 - e. Não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.

COMENTÁRIO

Os peritos podem e devem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função. De acordo com o art. 342 do CP, os peritos estão sujeitos a uma pena de 2 a 4 anos de reclusão e multa, sem prejuízo da responsabilização cível e administrativa.

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

ANOTAÇÕES

Viu algum erro neste material? Contate-nos em: degravacoes@grancursosonline.com.br

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

- a) A arma de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada não está isenta de perícia.
 - b) Os peritos podem ser responsabilizados na esfera cível, administrativa e criminal.
 - d) O delegado de polícia pode requisitar uma perícia médico-legal.
 - e) A perícia pode ser realizada em objetos falsificados, é a chamada “perícia de autenticidade”.
7. (2016/FUNCAB/PC-PA/DELEGADO) Em certa fase da investigação penal, surgem dúvidas quanto a verdadeira causa da morte da vítima de homicídio. Assim, o juiz determina que o delegado de polícia busque os dados que precisa através da:
- a. Inumação, que pode ser realizada em qualquer fase processual.
 - b. Exumação, que pode ser realizada apenas nas quarenta e oito primeiras horas após a morte.
 - c. Exumação, que pode ser feita a qualquer tempo.
 - d. Exumação, que pode ser feita apenas na fase de ação penal.
 - e. Inumação, que pode ser realizada apenas na fase de ação penal.



COMENTÁRIO

Nessa situação, o juiz determinará que o delegado de polícia busque os dados que precisa através da exumação, que pode ser feita a qualquer tempo. Não se engane: mesmo após dois anos do sepultamento, ainda é possível visualizar orifícios de arma de fogo no crânio, fratura de fêmur, fratura de costela etc.

ANOTAÇÕES

Viu algum erro neste material? Contate-nos em: degravacoes@grancursosonline.com.br

Embora o CPP estabeleça que o exame pode ser feito a qualquer hora do dia e da noite, o ideal é que ele seja feito durante o dia, em razão da luminosidade do sol. É essencial que existam condições mínimas de luminosidade.

8. (2014/FUNCAB/SSP-SE/PAPILOSCOPISTA) Até prova em contrário, os elementos contidos no laudo de exame de local, lançados pelos peritos criminais:
- Gozam de presunção de veracidade.
 - Servem como instrumento de mandato.
 - Devem ser aprovados pela Defensoria Pública.
 - Não servem como fonte de informação.
 - Invalidam a promoção do Ministério Público.

COMENTÁRIO

Até prova em contrário, os elementos contidos no laudo de exame de local gozam de presunção de veracidade.

Embora o laudo de exame de local possa fundamentar uma decisão judicial de busca e apreensão, ele não pode ser utilizado como instrumento de mandato, como afirma a alternativa “b”.

9. Com relação à perícia médico-legal e aos exames periciais, assinale a opção correta.
- É permitido ao perito assinar laudos mesmo sem ele ter participado diretamente dos exames periciais.
 - O exame realizado por um único perito é considerado válido no processo penal.
 - O exame pericial pode ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame, onde não houver peritos oficiais.
 - O corpo de delito direto é composto por depoimento de testemunhas, fichas hospitalares, boletins médicos e confissão extrajudicial.
 - No corpo de delito indireto, há vestígios materiais de infrações legais.



20m

ANOTAÇÕES

COMENTÁRIO

Essa questão foi anulada pela banca, pois tanto a letra “b”² quanto a letra “c” estão corretas. Sobre a letra “a”, saiba que, de acordo com o texto legal, o perito somente pode assinar o laudo quando participa diretamente dos exames periciais. Apesar disso, na prática, é comum nos institutos de criminalísticas a figura do perito revisor que assina os laudos, mesmo sem ter participado diretamente da perícia.

GABARITO

1. e
2. e
3. b
4. a
5. e
6. c
7. c
8. a
9. b

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Cursos Online, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Laécio Carneiro.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.

² De plano, percebe-se que a alternativa está incompleta, pois não trouxe e não identificou o tipo de perito. Apesar disso, a banca a considerou correta.

ANOTAÇÕES
